



Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural – políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural

Cultural diversity, education and intercultural communication – politics and strategies towards the promotion of intercultural dialogue

Natália Ramos
Universidade Aberta | Lisboa

Resumo

As problemáticas da diversidade cultural e da interculturalidade são da maior actualidade no contexto do mundo globalizado, estando no centro das preocupações dos Estados, dos profissionais e da população, em geral. Elas implicam um novo reposicionamento metodológico e epistemológico em nível da pesquisa, intervenção e formação, colocando novos desafios às sociedades e políticas do século XXI, no que diz respeito à gestão da diversidade cultural, das identidades, dos conflitos, da educação e da comunicação interculturais, às interações entre o eu e o outro, entre o universal e o singular. São apresentados e analisados alguns princípios, estratégias e políticas de: acolhimento e promoção da diversidade cultural; aquisição de competências pedagógicas, comunicacionais, interculturais e de promoção de valores democráticos; gestão das identidades múltiplas e da diversidade cultural; reforço da cidadania, da interculturalidade e da participação de grupos subrepresentados ou em exclusão na sociedade; criação de espaços de diálogo intercultural nos diferentes setores da sociedade; promoção da comunicação e diálogo intercultural nas relações individuais, intergrupais e interculturais.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Interculturalidade. Educação e comunicação intercultural.

Abstract

The themes of cultural diversity and interculturality are a great deal nowadays in the context of a global world, being among the central concerns of the States, the professionals and the population, in general. These themes imply a new methodological and epistemological repositioning, in terms of research, intervention and training, which create new challenges to societies and politics of the 21st century. Such challenges are associated to the need to manage cultural diversity, identities, conflicts, and intercultural education and communication. They also involve the interaction between the Self and the others, and between the universal and the singular. Some principles, strategies and politics are presented in this article related to: the acceptance and promotion of cultural diversity; the acquisition of pedagogical, communicational, and intercultural competences; the acquisition of competences to promote democratic values; the management of multiple identities and cultural diversity; the reinforcement of citizenship, interculturality, and participation of underrepresented or excluded groups in society; the creation of contexts of intercultural dialogue in the different sectors of society; the promotion of communication and intercultural dialogue in individual, inter-group and intercultural relations.

Keywords: Cultural diversity. Interculturality. Education and intercultural communication.



Introdução

O aumento da globalização, dos fluxos migratórios e da multiculturalidade faz com que os Estados e as diferentes instâncias sociais sejam confrontadas com uma grande heterogeneidade linguística e cultural dos seus utentes, profissionais e cidadãos, o que exige destas a adoção de práticas, de estratégias e de políticas adequadas para atender a essa nova realidade social, cultural, educacional, comunicacional e política.

No mundo contemporâneo, as sociedades são confrontadas por um número crescente de populações estrangeiras, originárias de diferentes culturas e portadoras de outros costumes e línguas, que afluem, sobretudo às cidades e que partilham espaços, atividades e o quotidiano.

Na atualidade, segundo dados das Nações Unidas, uma, em cada trinta e cinco pessoas, é migrante internacional, constatando-se que, perto de 200 milhões de pessoas, vivem, hoje, fora dos seus países de origem, migrando essencialmente para as cidades. Com efeito, tanto a globalização e a mobilidade das populações, como a urbanização, aumentaram sem precedentes os contactos entre as culturas e a coabitação entre diferentes grupos étnico-culturais e modos de vida contribuindo, assim, para a multi/interculturalidade das sociedades, particularmente das cidades, para a interdependência social e económica, vindo colocar sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e à coabitação das várias culturas. (LAVALLEE; OUELLET; LAROSE, 1991; LABAT & VERMES, 1994; WIEVIORKA, 1996).

Nas sociedades atuais, a crescente complexidade e diversidade tem repercussões sobre as políticas e estratégias dos diferentes sectores e agentes para dar resposta aos problemas do planeamento e governabilidade das cidades e às necessidades e aspirações dos seus cidadãos. A cidade, onde reside actualmente mais de metade da população mundial (65%), é e será cada vez mais espaço de pluralismo cultural e “[...] tem de promover e respeitar as esperanças e os medos dos seus cidadãos.” (RYKWERT, 1988, p. 3).

A cidade congrega unidade e diversidade; é lugar de convergência e divergência; é espaço de refúgio, de protecção, de libertação, de bem-estar, de união, de diálogo sendo, igualmente, espaço de conflito, de ameaça, de violência, de opressão, de discriminação e de doença.



A gestão da diversidade cultural, nas zonas urbanas, constitui uma das grandes preocupações do Conselho da Europa e da Comissão Europeia, os quais projectaram para 2008 o programa designado *Cidades Intercultural*, de modo a fazerem da cidade um espaço aberto e plural, um lugar privilegiado de diálogo intercultural e de cidadania, de concretização de sonhos e esperanças, indo ao encontro de Levi-Strauss quando afirma: “A cidade é natureza e cultura, é indivíduo e grupo, é vivida e sonhada: ela constitui o facto humano por excelência.” (LEVI-STRAUSS, 1973, p. 15).

Essas novas realidades sociais, culturais e urbanas exigem novos modelos conceptuais e novas políticas e estratégias de intervenção, baseados numa perspectiva global e multi/interdisciplinar centrada nos indivíduos, nas relações sociais e nos processos ambientais, culturais e políticos, capazes de gerir a diversidade cultural e de promover e harmonizar os direitos humanos e culturais, com as necessidades, qualidade de vida e bem-estar psicológico e social dos indivíduos, das famílias e dos grupos, maioritários ou minoritários, nacionais ou migrantes.

Como estipula a Conferência das Nações Unidas do Cairo sobre População e Desenvolvimento, no seu artigo 12: “Os países deverão garantir a todos os migrantes os direitos humanos fundamentais integrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994, p. 6).

O pluralismo cultural e as relações interculturais fazem actualmente parte e integrarão cada vez mais, o contexto social, económico, político, religioso, educativo, mediático e sanitário. A diversidade cultural integra e integrará, cada vez mais, todos os contextos da esfera pública e essa diversidade cultural deverá ser considerada como destaca a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2001, p. 23), na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, artigo 3: “[...] uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória.”

A crescente diversidade cultural e interculturalidade, nas sociedades actuais, faz com que as mulheres e os homens do século XXI mantenham múltiplas pertenças e redes transnacionais, desenvolvam novas formas de relações sociais e interculturais e novas práticas de cidadania, tenham conquistado



novos direitos, mas conheçam, igualmente, novos conflitos, novos problemas identitários e de comunicação e novas formas de discriminação e de exclusão.

A diversidade cultural ao nível mundial e urbano

O crescente desfasamento entre níveis de desenvolvimento e entre estruturas demográficas de países ricos e países pobres, os conflitos armados e políticos, têm originado um número cada vez maior de migrantes e de refugiados que afluem essencialmente às cidades. Actualmente, aproximadamente duas centenas de milhões de homens e mulheres são imigrantes legais ou ilegais e refugiados, crescendo esses fluxos a um ritmo mais rápido do que o crescimento da população mundial.

Os fluxos migratórios têm vindo a aumentar atingindo todos os continentes e os diferentes setores da vida pública, prevendo-se que, em 2050, as migrações internacionais atinjam os 230 milhões. O número de migrantes internacionais quase triplicou desde 1970. Em relação à União Europeia (UE), o número de migrantes provenientes de países extra europeus aumentou 75% desde 1980. É válido assinalar que, perto de 9% de migrantes do mundo, são refugiados 16 milhões de pessoas. (PNUD, 2004). Só em 2005, os fluxos migratórios nos países da OCDE, aumentaram 11% relativamente a 2004. Nesses países, os fluxos de estudantes estrangeiros também aumentaram mais de 40% desde 2000, assim como os fluxos de trabalhadores qualificados. (OCDE, 2007).

No que diz respeito a Portugal, *país tradicional de emigração* (estimando-se que o número de portugueses e de descendentes no estrangeiro é perto de 5 milhões) este, tem vindo, igualmente, a reforçar o seu carácter de *país de imigração*. (RAMOS, 2004). A partir sobretudo dos anos 70, Portugal viu-se confrontado com o fenómeno da imigração, a população imigrante em Portugal representando em 2007 perto de 5% da população residente (435.000 estrangeiros), (SEF, 2007), concentrada nas principais cidades: Lisboa, Faro, Setúbal, Porto, Aveiro, Coimbra e Braga. A comunidade estrangeira mais numerosa em Portugal é a brasileira (66.354) seguida das seguintes comunidades: cabo-verdiana (63.925); ucraniana (39.480); angolana (32.728); guineense (23.733); do Reino Unido (23.608) romena (19.155); espanhola (18.030); moldava (14.053).



Dados do Ministério da Educação salientam que, em Portugal, no ano letivo de 2003/2004, estavam inscritas nas escolas portuguesas, 81.470 crianças de origem estrangeira; a grande maioria desses alunos imigrantes concentrava-se essencialmente em nível do ensino básico.

Também em Portugal os dados do Observatório Português da Ciência e do Ensino Superior (OCES), revelam que 17.594 estrangeiros estavam inscritos no ensino superior público e privado português no ano lectivo 2004/2005, sendo a maioria de Angola (4.258), Cabo Verde (3.835) e Brasil (1.796).

De acordo com o OCES, o número de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior tem aumentado em Portugal nos últimos anos, registrando um crescimento de 65,7%, entre os anos letivos de 1999/2000 e 2004/2005.

É válido destacar, que no mundo, perto de 300 milhões de pessoas, distribuídas por mais de 70 países, pertencem a grupos indígenas, representando cerca de 4.000 línguas. Na América Latina, por exemplo, os 50 milhões de indígenas constituem 11% da população da região. Igualmente, 152 países do mundo têm minorias étnicas ou grupos religiosos significativos. (PNUD, 2004).

Também a União Europeia, projecto político envolvendo 27 países e 500 milhões de habitantes com história e língua diferentes (26 línguas) e identidades sociais e culturais fortes, constitui um grande desafio político, cultural, educacional, comunicacional e, em particular, um desafio à diversidade cultural e ao diálogo intercultural.

A diversidade intercultural e a gestão da interculturalidade, nomeadamente nas cidades, estão no centro das preocupações nacionais e internacionais. A preocupação pelo que se passa nas cidades está presente em vários organismos internacionais, tais como a UNESCO, o Conselho da Europa, a Comissão Europeia e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Mais de metade da população mundial habita, hoje, em zonas urbanas e sub-urbanas. Sete (7) cidades do mundo alojam mais de vinte (20) milhões de indivíduos; vinte e cinco (25) cidades constituem espaço de habitação para mais de dez (10) milhões de cidadãos; perto de quatrocentos e setenta (470) cidades abrigam mais de um (1) milhão de habitantes. Prevê-se que, em 2030, as cidades do mundo em desenvolvimento acolham 80% do total da população urbana.



O Conselho da Europa e a Comissão Europeia insistem em que é necessário promover a *Cidade Aberta e Intercultural*. Outros autores insistem na necessidade de promover a diversidade cultural nas cidades ditas “*globais*”, de modo a responder às novas dinâmicas e necessidades das sociedades actuais. (SASSEN, 2001).

O atual aumento da diversidade cultural e populacional das cidades deve-se, grandemente, ao número crescente de populações migrantes que afluem às cidades. As cidades ao nível planetário acolhem cada vez mais indivíduos migrantes, oriundos de diversos espaços geográficos e universos culturais. Por exemplo, na cidade de Miami, 59% da população nasceu no estrangeiro; quase metade da população das cidades de Toronto (44%), de Los Angeles (41%), de Vancouver (37%) e de Nova Iorque (36%) é também de origem estrangeira; um quarto da população das cidades de Singapura (33%), Sydney (31%) e Londres (28%) é imigrante. (PNUD, 2004). A sociedade, em particular as cidades, são hoje e serão, cada vez mais, espaços multiculturais, por excelência, em que diferentes grupos populacionais desenvolvem as suas actividades e relações, exprimem os seus traços culturais e modos de vida e reinventam as suas identidades. Essa multiculturalidade alarga e diversifica o âmbito de acção do pluralismo na esfera do planeamento e gestão aos diferentes níveis, sectores e políticas.

O acolhimento e a integração das populações estrangeiras nas sociedades receptoras, em particular na cidade, onde se concentram ao nível residencial e laboral, estão relacionados com um conjunto complexo e variado de factores, onde se destacam factores psicológicos, socioeconómicos, culturais e políticos, que reenviam ao próprio estatuto social, económico e jurídico do indivíduo de origem estrangeira na sociedade de acolhimento, às suas redes sociais e de suporte e às atitudes e políticas da sociedade de acolhimento. (RAMOS, 2004, 2008).

A migração implica, assim, a adaptação mas também a incorporação pelo indivíduo de uma cultura, língua, regras culturais e sociais diferentes, tendo o imigrante de desenvolver estratégias de adaptação que lhe permitem resolver as dificuldades relacionadas com a condição de imigrante e de aculturação, ou seja, com as relações culturais entre a sociedade de acolhimento e a sua cultura de origem.



Como destaca Giddens (1991, p. 24) “[...] a diferença coloca aos indivíduos uma complexidade de escolhas.”

A aculturação implica a aprendizagem de uma nova cultura, assim como escolhas por vezes difíceis entre o que o imigrante gostaria de manter e o que tem de abandonar dos hábitos e da cultura de origem. Esse conflito devido à coexistência de dois códigos culturais, por vezes, contraditórios e incompreensíveis e à impossibilidade em estabelecer mediações entre dois universos diferentes, assim como, à incapacidade em lidar com as exigências do ambiente poderão ter efeitos desorganizadores no comportamento e estarem na origem de distúrbios psicopatológicos, dificuldades de adaptação e stresse de aculturação. (RAMOS, 2004, 2006, 2008).

Entre as comunidades de imigrantes e de minorias étnicas, certos traços culturais, tais como, o grau de coesão familiar e do grupo, o apoio/suporte social, as redes de solidariedade grupal, o sentimento de pertença identitária e os valores religiosos e espirituais, são elementos protectores contra o isolamento, a doença mental e o stresse.

Se é importante ter em conta o nível de integração e as reacções de adaptação dos migrantes às novas condições espaciais e socioculturais, torna-se igualmente importante analisar as características da sociedade de acolhimento, nomeadamente, as condições sociais, económicas e políticas dominantes e factores como a xenofobia, a discriminação e o preconceito, os quais contribuem para o desencadear e manutenção da exclusão e do stresse psicológico e social. (BURKE, 1984).

A crescente multiculturalidade que se verifica nos diferentes países, espaços, sobretudo urbanos e sectores da vida pública tem conduzido a esforços na reformulação de estratégias e políticas com o objectivo de melhorar a educação, a integração social, a qualidade de vida, o acesso aos serviços públicos e as relações interculturais entre os diferentes grupos que coabitam no mesmo espaço. (WIEVIORKA, 1996; KYMLICKA, 2001; WOLTON, 2003).

Perspectivas da diversidade cultural e da interculturalidade

A UNESCO tem-se preocupado em reconhecer a igualdade de todas as culturas e em definir a diversidade cultural, tendo esta se constituído uma questão política e um conceito institucionalizado de política internacional.



A diversidade cultural é reconhecida pela UNESCO (2001, 2005, 2007) como uma “característica inerente à humanidade”, um “património comum” e uma fonte de “um mundo mais rico e diversificado que alarga a possibilidade de escolhas e fortalece as capacidades e os valores humanos.”

A adoção pela UNESCO (2005, 2007) da *Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* representa uma etapa fundamental para a emergência do direito cultural internacional e para o reconhecimento da diversidade cultural como fonte de justiça, de igualdade e de paz. Essa Convenção constitui um instrumento jurídico internacional, já que “[...] pela primeira vez na história do direito internacional, a cultura encontra o seu lugar na agenda política, com o objectivo de humanizar a globalização.” (UNESCO, 2007, p. 6).

Essa Convenção visa criar condições que permitam às culturas desenvolverem-se e interagirem abertamente de modo a um enriquecimento mútuo, pertencendo aos Estados, em colaboração com a sociedade civil, de intervir através de acções concretas a diferentes níveis: em nível nacional (através dos governos); em nível internacional (através do controlo colectivo dos Estados signatários); em nível nacional e transnacional (através da sociedade civil. (UNESCO, 2007).

A experiência da diversidade, da alteridade e da complexidade estão no cerne da interculturalidade, implicando um novo paradigma e abordagem. O paradigma intercultural no âmbito da diversidade cultural vem desafiar os paradigmas tradicionais em nível educacional, social e sanitário e colocar novos desafios teóricos e metodológicos em nível da pesquisa, da intervenção e da formação.

A *abordagem intercultural* implica várias constatações e perspectivas das quais, em síntese, destacamos algumas, nomeadamente:

- *uma constatação de ordem sociológica*, tendo em conta que a maioria das nossas sociedades são e serão cada vez mais multiculturais;
- *uma opção de ordem ideológica*, já que a multi/interculturalidade é, potencialmente, uma riqueza para o conjunto da sociedade;



- *uma visão estratégica*, pois, para passar do multiculturalismo ao interculturalismo, torna-se necessário promover a relação entre as culturas, no entanto sem anular a identidade de cada uma delas;
- *uma perspectiva multi/interdisciplinar*, na medida em que os objectos do domínio intercultural são objectos complexos, plurais, heterogêneos e pluridimensionais, que não podem ser reduzidos a uma única abordagem disciplinar;
- *uma perspectiva sistémica e multidimensional*, necessária a uma visão global, dinâmica e interaccionista da complexidade e da diversidade e à construção de um pluralismo comum, implicando o reconhecimento ao mesmo tempo, dos indivíduos e das culturas e a integração das representações e das práticas educacionais nos contextos ecológicos, familiares, socioeconómicos, culturais e políticos em que estão inseridas;
- *um processo dinâmico e dialéctico*, onde o intercultural implica a tomada de consciência da alteridade e da diversidade, do universal e do particular, das identidades individuais e colectivas, das interacções entre os indivíduos e os grupos e ainda das relações entre o eu e o outro;
- *um novo paradigma conceptual e epistemológico*, comum às diferentes áreas disciplinares que tratam a complexidade e a pluralidade;
- *uma perspectiva psicossocial e pedagógica*, visto que as problemáticas interculturais implicam o desenvolvimento de competências culturais, sociais, pedagógicas, comunicacionais, de competências individuais e de cidadania de todos os grupos, que permitam interacções sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam a consciencialização cultural, a comunicação e o diálogo intercultural e o funcionamento democrático das sociedades;
- *uma perspectiva sociopolítica*, dado que o interculturalismo não é, somente, um objectivo em si mas é, também, um instrumento para promover a coesão social, o exercício da cidadania, a igualdade

de oportunidades e uma integração adequada de todos, grupos minoritários e majoritários. Como salienta Clanel:

A interculturalidade é o conjunto dos processos psíquicos, relacionais, grupais, institucionais [...] originados pelas interações das culturas, numa relação de trocas recíprocas e numa perspectiva de salvaguarda de uma relativa identidade cultural dos parceiros em relação. (CLANET, 1993, p. 21).

A noção de interculturalidade implica conceber a cultura numa perspectiva antropológica, como universo de significações particulares a um grupo, sendo importante conceber “[...] a cultura como relação particular ao mundo de um determinado grupo, o que inclui um conjunto de normas, de valores, de modos de vida, de ritos, assim como uma língua que o grupo transmite, elementos que são constitutivos da sua identidade cultural.” (CLANET, 1993, p. 108).

A cultura assegura uma função simbólica que se transmite através de mitos, de ritos e de crenças (MAUSS, 1950) e constitui “[...] um conjunto de sistemas simbólicos, em primeiro lugar dos quais se situam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações económicas, a arte, a ciência e a religião.” (LÉVISTRAUSS, 1950, p. 265).

Os indivíduos e os grupos partilham com os outros a sua herança cultural, herança que é transmitida de geração em geração e aprendida através de experiências formais e informais ao longo do ciclo de vida.

Para além da necessidade de compreensão da cultura dos vários grupos, é importante compreender a cultura em si, a noção de cultura humana que, para Devereux, deverá ser considerada “[...] como uma experiência vivida, ou seja, a maneira como cada indivíduo vive e aprende a sua cultura tanto em estado de saúde mental, como em estado de desordem.” (DEVEREUX, 1977, p. 81).

O intercultural implica relação, diálogo e comunicação entre as diferentes culturas, através dos indivíduos e grupos portadores dessas culturas, em situações interculturais diversas, ou seja, em situações, na qual se encontram e interagem indivíduos, grupos e instituições originários de universos culturais diferentes. Implica, igualmente, uma perspectiva de relativismo cultural, no sentido de que todo o julgamento de valor é relativo ao contexto cultural no seio



do qual é produzido. Contudo, se o relativismo cultural permite reduzir os efeitos do etnocentrismo, ou seja, a tendência para emitir juízos sobre as outras culturas tendo a nossa cultura como referência e como superior, o mesmo não poderá ser utilizado como justificação de todos os comportamentos atribuídos à cultura.

A apreensão da diversidade cultural, a perspectiva intercultural reen-viam aos conceitos de reciprocidade, de *complexidade* (MORIN, 1990), de *complementaridade* (DEVEREUX, 1992) e de *facto social total*. (MAUSS, 1950).

A abordagem intercultural exige:

- um esforço contra o etnocentrismo, os estereótipos e os preconceitos;
- um trabalho de descentração e de meta conhecimento da sua própria identidade cultural e do papel que ela desempenha na construção identitária, obrigando a reflectir sobre a sua cultura, sobre a sua própria identidade cultural;
- a promoção de um novo modelo de comunicação, de negociação e de gestão da diversidade cultural;
- desenvolver processos reflexivos, modelos pedagógicos e competências que contribuam na construção de sociedades democráticas e equitativas e de cidadãos e profissionais implicados e responsáveis, que permitam fazer face às diferentes e complexas situações que encontram na sociedade e no mundo do trabalho e que favoreçam o trabalho em equipe e inter/multidisciplinar e não apenas a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de uma simples profissão;
- promover a comunicação e a cooperação com os outros nas diferentes actividades humanas;
- aprender a dialogar com as outras culturas e aprender a conhecer o outro e as suas tradições e culturas;
- aceitar negociar e propor compromissos de modo a evitar comportamentos de rejeição ou de assimilação;

- aprender a construir projectos e a encontrar soluções em conjunto para a resolução de conflitos e para a compreensão das relações interculturais e de interdependência cada vez maiores.

As problemáticas do domínio intercultural exigem competências de cariz psicológico, social, cultural, pedagógico e comunicacional, baseadas na experiência da alteridade e da diversidade, no equilíbrio entre o universal e o singular, implicando:

- o desenvolvimento de competências individuais que permitam interacções sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam uma atitude de descentração, a qual permitirá flexibilizar e relativizar princípios e modelos apresentados como únicos e universais e evitar muitos comportamentos de intolerância e discriminação;
- o desenvolvimento de competências interculturais, sobretudo linguísticas, comunicacionais e pedagógicas, que facilitem por um lado, a comunicação intercultural e a consciencialização cultural e, por outro lado, que promovam uma educação e ensino interculturalmente competentes e educadores e profissionais culturalmente sensíveis e implicados;
- o desenvolvimento de competências de cidadania, que tornem possível o funcionamento democrático das sociedades e das próprias instituições educativas e sociais. (RAMOS, 2001, 2002, 2003, 2007).

Políticas e estratégias de promoção da comunicação e diálogo intercultural

É importante saber gerir e explorar as possibilidades oferecidas pela diversidade cultural em nível urbano, promover o desenvolvimento psicossocial, económico e habitacional e melhorar a qualidade de vida, através de projectos de cooperação e de troca de boas práticas relativamente à gestão e planeamento, às actividades de mediação, às políticas sociais, educacionais e culturais e aos media.



O contexto da globalização e do multiculturalismo coloca desafios às relações entre “nós” e os “outros” (TODOROV, 1988) e proporciona a abertura ao *longínquo*, à diferença e a uma multiplicidade de escolhas. No que diz respeito aos media, estes constituem agentes centrais desse pluralismo de escolhas, permitindo o acesso a um universo muito variado de informações e de meios, a partir dos quais são definidas e redifinidas identidades individuais. (GIDDENS, 1991).

As autoridades públicas e os actores sociais deverão promover o diálogo intercultural nos espaços físicos, na organização da vida cívica e dos espaços urbanos, de forma a impedir o desenvolvimento de *ghettos* religiosos e étnico-culturais e a criar espaços onde os indivíduos se possam encontrar e partilhar costumes culturais e religiosos.

É importante um paradigma de abordagem da diversidade cultural e dos grupos minoritários, não como um problema, mas como um recurso de capacitação e revalorização de identidades culturais, uma oportunidade de desenvolvimento individual, social e cultural e um processo de resiliência, fortalecendo as competências dos indivíduos e dos grupos para se consciencializarem dos seus direitos e deveres e para enfrentarem a mudança e o seu próprio desenvolvimento, integração e destino de uma forma positiva e participativa.

É indispensável desenvolver estratégias e intervenções psico-sócio-educativas, para que os profissionais e os cidadãos possam situar-se e enfrentar, de uma forma competente, responsável e reflectida, as diversidades individuais e culturais que encontram no seio da sociedade e das instituições, assim como os desafios e problemas que colocam a educação e a comunicação com indivíduos com referências linguísticas e culturais diferentes, desenvolvendo em todos, grupos majoritários ou minoritários:

- uma melhor compreensão da sua própria cultura e das outras culturas;
- uma maior capacidade de comunicação com os membros da sua cultura ou pertencentes a outros grupos e culturas.

Uma pedagogia da relação intercultural baseada na compreensão e na tolerância, no reconhecimento do outro e da diversidade, deverá ajudar cada um a determinar as suas próprias representações, preconceitos e modelos



do seu sistema de valores, assim como a identificar as representações, preconceitos e sistemas de valores dos outros indivíduos e grupos, constituindo um meio de “*aprendizagem*” do outro, de compreensão intercultural, de luta contra o etnocentrismo e a xenofobia. Os valores culturais são valores partilhados por um grupo cultural, constituindo matrizes cognitivas que orientam as opções, as acções e comportamentos.

Os estereótipos, os preconceitos e o etnocentrismo constituem barreiras, *filtros culturais* à comunicação intercultural (SAMOVAR & PORTER, 1988; LADMIRAL & LIPIANSKY, 1992; COHEN-ÉMERIQUE, 1993) e estão na origem de conflitos e incompreensão entre grupos minoritários e majoritários.

Para desenvolver a competência na comunicação e nas relações interculturais, é importante a tomada de consciência do grau de determinismo cultural dos nossos comportamentos, é necessário desenvolver a “*consciencialização cultural*”, a qual constitui um processo de aprendizagem cultural, que visa desenvolver a capacidade de analisar o mundo do ponto de vista de uma outra cultura e as competências para reconhecer as diferenças e a pluralidade. (HOOPES, 1980). Esse autor identifica cinco domínios, em que uma consciência insuficiente das diferenças culturais pode introduzir bloqueamentos e problemas na comunicação:

Os esquemas perceptivos – Cada indivíduo interpreta o mundo diferentemente e os membros de um dado grupo cultural desenvolvem esquemas de percepção que diferem dos de outros grupos culturais, diferenças que podem originar dificuldades na comunicação. Considerando que a interiorização dos esquemas perceptivos é um processo que se elabora de uma forma inconsciente, é somente quando somos confrontados com esquemas de percepção diferentes, na interacção com pessoas de outras culturas ou em situações de aprendizagem intercultural, que é possível objectivar, consciencializar esse processo;

Os princípios e valores culturais – Subjacentes aos comportamentos dos membros de um grupo cultural estão os princípios e valores que são partilhados pelos membros de um grupo. Nesse sentido, temos tendência a introduzir na comunicação os significados e interpretações que correspondem aos nossos próprios esquemas de valores;



Os modelos cognitivos – Esses modelos diferem segundo os grupos culturais e eles influenciam a comunicação;

Os comportamentos rotineiros – A cultura conduz a rotinas, a hábitos comportamentais diferentes e influencia a maneira de nos comportarmos no espaço e no tempo, em relação às crianças, aos adultos, aos pais, ao passado, ao presente e ao futuro;

Os estilos de comunicação – Cada cultura desenvolve o seu próprio estilo de comunicação. Em algumas culturas predominam as interações verbais, enquanto que outras privilegiam o contacto e as interações corporais. Também as línguas reflectem e/ou adaptam-se ao estilo de comunicação e ao contexto.

É importante ter em conta as dimensões “ocultas” da comunicação e da cultura e as suas relações ao contexto, ao tempo e ao espaço, as quais têm influência na comunicação intercultural. (HALL, 1971a, 1984).

Para desenvolver as aptidões de comunicação intercultural e facilitar o diálogo intercultural e a compreensão recíproca entre indivíduos, grupos e culturas, é necessário:

- desenvolver a compreensão da cultura, a compreensão dos processos e do funcionamento da cultura considerada, em si mesma, indiferentemente desta ou daquela cultura particular;
- reconhecer a parte de “arbitrário” e de relatividade de toda a cultura e desenvolver os instrumentos e as atitudes para compreender e aceitar outras formas de culturas e outros grupos étnico-culturais;
- aprender a conhecer-se a si mesmo. É importante aprender a identificar os seus sentimentos e atitudes. É necessário ter consciência dos seus preconceitos e atitudes etnocêntricas e egocêntricas, do seu próprio estilo de comunicação, assim como ter consciência de que não comunicamos somente através de actos conscientes e deliberados, mas também inconscientes e por toda a nossa forma de interagir com o meio envolvente;
- aprender a descobrir e a compreender o “sentido” de normas e valores, os quadros de referência dos outros, aprender a conhecer os códigos culturais respectivos, o que permitirá estabelecer rela-

ções mais abertas e mais flexíveis, podendo conduzir a contactos interculturais e a comunicações mais diversificadas, enriquecedoras e satisfatórias;

- evitar julgamentos rápidos e superficiais, estereótipos e atitudes etnocêntricas, o que permitirá escutar e colocar-se no lugar do outro, de forma a tentar compreender as coisas do seu ponto de vista, o que permitirá a descentração. (PIAGET, 1970). A atitude e a prática da descentração dão-nos a capacidade de relativizar e de visualizar uma situação através de várias perspectivas e outros quadros de referência, ajudando cada um a adoptar uma certa distância em relação a si mesmo e conduz à autorreflexão constituindo uma das atitudes que todos os profissionais, particularmente os educadores têm de trabalhar em permanência;
- desenvolver a empatia, as capacidades empáticas, o que implica a capacidade de se colocar no lugar do outro e o reconhecimento do Homem na sua individualidade e singularidade;
- dispor de tempo para comunicar, para compreender uma situação, estar atento às mensagens silenciosas da comunicação não-verbal, assim como aprender a respeitar os ritmos e os estilos de comunicação próprios a cada indivíduo e a cada cultura;
- desenvolver estratégias e intervenções educativas interculturais, incluindo uma formação centrada sobre a informação, nomeadamente sobre a história e a cultura dos diferentes grupos ou comunidades presentes no mesmo espaço social.
- promover estratégias e intervenções educativo/pedagógicas interculturais, que conduzam à descentração, ao respeito e ao reconhecimento do Outro, das identidades, das diversidades, numa sociedade e educação cada vez mais plurais, heterogêneas e globais. (ABDALHAH-PRETCEILLE, 1986; LYNCH, 1986, 1991; OUELLET, 1991; DASEN; PERREGUEUX, 2002, OGBU, 1992; BANKS, 1993, 1997);
- implementar uma formação adequada dos profissionais, particularmente dos educadores e uma revisão dos programas e dos materiais didáticos;



- trabalhar os currículos e os materiais de aprendizagem, inclusive os que apresentam mensagens discriminatórias e “racistas”, utilizando-os como instrumentos de conscientização intercultural;
- utilizar adequadamente os meios de comunicação social, em particular, os meios audiovisuais;
- promover a aprendizagem de línguas estrangeiras, respeitar a diversidade linguística e as línguas maternas. (OUANA, 1995).

Em nível da formação dos profissionais, o desenvolvimento de certos conhecimentos e competências poderão contribuir para melhor intervir no âmbito multi/intercultural e na mediação das relações humanas e interculturais, sendo importante:

- o desenvolvimento de competências interculturais adaptadas aos diferentes contextos de intervenção multicultural e à variedade de grupos culturais;
- uma formação que explique e contribua na compreensão da diversidade cultural e dos preconceitos e estereótipos socialmente construídos em relação às minorias e às diferenças religiosas, geracionais, sociais, étnico/culturais e de gênero, de modo a combater os estereótipos e os preconceitos e a favorecer expectativas positivas em relação às minorias;
- o desenvolvimento de competências linguísticas, relacionais e de comunicação com os alunos, os utentes, as famílias e as comunidades;
- um melhor autoconhecimento dos profissionais, sobretudo em nível das suas próprias identidades culturais, dos seus preconceitos e estereótipos e das suas atitudes discriminatórias;
- os conhecimentos psicossociais e culturais sobre os diferentes grupos culturais e sobre as representações e estilos de aprendizagem e de comunicação;
- uma melhor compreensão dos mecanismos psicossociais e factores sociopolíticos susceptíveis de originar a intolerância, a rejeição e o racismo. (RAMOS, 2001, 2002, 2003).



Considerações finais

A pluralidade e a heterogeneidade dos mundos contemporâneos exigem aprender a viver a multiplicidade de pertencas e de referências não sobre a forma de dicotomias, de exclusividade e de exclusão mas sim, sobre um modo plural, contínuo e complementar.

Para uma abertura ao mundo e à diversidade, é necessário enraizar a educação num modo de pensamento e de saber que seja capaz de contextualizar o singular, o particular e o local, de colocar o global em relação com o particular e as partes, de articular a unidade e a pluralidade e de integrar o conhecimento da diversidade cultural e condição humana como necessidade de toda a cultura humanista.

A educação para formar os cidadãos do século XXI deverá promover o conhecimento e respeito da diversidade cultural, o acesso na equidade, a aprendizagem ao longo da vida, a solidariedade nacional e internacional, a formação de cidadãos não só nacionais mas também do mundo e, ainda, uma cultura humanista que inscreva os homens e as mulheres no mundo e na tomada de consciência do destino comum a todos os homens.

26

É indispensável integrar a problemática da diversidade intercultural e da interculturalidade nas suas várias vertentes, na formação dos diversos agentes sociais, sanitários, educativos, judiciários e políticos, seja dos que trabalham nas sociedades industrializadas, confrontadas com um crescente aumento de famílias, crianças e jovens provenientes de outras culturas e de minorias, seja dos que trabalham em países em vias de desenvolvimento ou, ainda, os que trabalham em nível da cooperação internacional, em ações humanitárias ou diplomáticas.

O paradigma intercultural vem introduzir a diversidade, a pluralidade, a heterogeneidade, a complexidade, a interdisciplinaridade na pesquisa e na intervenção; permite apreender as situações e os problemas em termos de dinâmicas, de processos, de relações e de estratégias; implica uma atitude de descentração e uma ética da relação humana e da relação pedagógica; implica o desenvolvimento de competências individuais, interculturais e de cidadania.

A cultura e a diversidade deverão estar no centro do processo educativo e do desenvolvimento humano e social, sendo importante que se faça da



diversidade, da cultura e da mobilidade uma oportunidade de enriquecimento e aprendizagem ao ritmo de um mundo global e de uma sociedade plural, partilhando tradições culturais, competências e saberes. (ABDALHAH-PRETCEILLE, 1986; OUELLET, 1991; BRUNER, 1991, 1996; OGBU, 1992). Como acentua Wolton: "Aprender a gerir a diversidade cultural constitui a verdadeira riqueza das sociedades futuras." (WOLTON, 2003, p. 205).

A perspectiva intercultural e a diversidade deverão ser integradas numa perspectiva mais ampla de construção da sociedade. Os Estados têm de desenvolver activamente políticas públicas e os cidadãos e profissionais têm de promover boas práticas para evitar a exclusão e a discriminação nos domínios social, económico, cultural, religioso, educativo e linguístico dos migrantes e minorias, para integrar a diversidade cultural e favorecer o diálogo intercultural.

Uma sociedade multicultural e um mundo globalmente interdependente necessitam de uma nova abordagem educacional, política e de cidadania, que incorpore a dinâmica da diversidade cultural e da mudança e os princípios fundamentais dos direitos humanos, em estratégias e políticas que promovam o desenvolvimento humano, a igualdade de oportunidades, a consciencialização cultural e as competências comunicacionais e interculturais.

Esses objectivos constituem prioridades políticas da *Comissão Europeia*, a qual designou 2007, como o *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos* e 2008 como o *Ano Europeu do Diálogo Intercultural* e fazem parte de esforços concertados que visam encorajar o debate junto aos poderes públicos, do sector privado, da sociedade civil e de cada cidadão sobre as formas de aumentar a participação de todos os grupos na sociedade, acolher e promover a diversidade e a gestão cultural, a comunicação intercultural e a construção de uma sociedade mais democrática e solidária, através de medidas, nomeadamente: do desenvolvimento da participação democrática da diversidade cultural; do reforço da cidadania e da participação; da aquisição e ensino de competências interculturais; da criação de espaços de diálogo intercultural; da promoção do diálogo intercultural nas relações nacionais e internacionais.

Esses objectivos constituem, também, preocupação da UNESCO (2001) quando afirma na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, art. 2:



Em sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, assim como, a sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos, garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. (UNESCO, 2001, p. 4).

Referências

ABDALHAH–PRETCEILLE, Martine. **Vers une pédagogie interculturelle**. Paris: Pub. de la Sorbonne, 1986.

ABDALHAH–PRETCEILLE, Martine; PORCHER, Louis. **Education et communication interculturelle**. Paris: PUF, 1986.

BANKS, James; BANKS, Cherry. **Multicultural education: issues and perspectives**. Boston: Allyn & Bacon, 1993.

BANKS, James. **Educating citizen in a multicultural society**. New York: Teachers Columbia University, 1997.

BRUNER, Jerome. **Car la culture donne forme à l'esprit**. Paris: Eshel, 1991.

_____. **L'éducation, entrée dans la culture**. Paris: Retz, 1996.

BURKE, Ainsley. Racism and psychological disturbance among west indians in Britain. **International Journal of Social Psychiatry**, London, v. 30, p. 50-68, 1984.

CLANET, Claude. **L'interculturel**. Introduction aux approches interculturelles en education et en sciences humaines. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1993.

COMISSÃO EUROPEIA. **Igualdade e combate à discriminação na União Europeia alargada** – livro verde. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004.

COMISSÃO Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização. **Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos**. Oeiras: Celta Editora, 2005.

CONSELHO DA EUROPA. **Diversity and cohesion: new challenges for the integration of immigrants and minorities**. Strasbourg: Pub. do Conselho da Europa, 2000.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação intercultural e cidadania europeia**. Lisboa: Editora do C.N.E./M. da Educação, 2000.

COHEN-EMERIQUE, Margalit. La tolérance face à la différence, cela s'apprend. **Interculturelles**, SIETAR (França), v. 16, p. 23- 27, 1992.

_____. Travailleurs sociaux et interculturel: quelle démarche? Francoise Grong-Dahmane (Ed.). **Enfants d'ici, enfants d'ailleurs**. Ramonville Sainte-Agne: Érés, 1993.

DASEN, Pierre; PERREGUEUX, Christine (Eds.). **Pourquoi des approches interculturelles en sciences de l'éducation?** Bruxelles: De Boeck Université, 2002.

DEVEREUX, George. **Essais d'ethnopsychiatrie générale**. Paris: Gallimard, 1977.

_____. **Ethnopsychanalyse complémentariste**. Paris: Flammarion, 1992.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity**. Self and society in the late modern age. Standford: Standford University Press, 1991.

HALL, Edward. **Au-delà de la culture**. Paris: Seuil, 1971.

_____. **La dimension cachée**. Paris: Seuil, 1971a.

_____. **Le langage silencieux**. Paris: Seuil, 1984.

HOOPES, David. Intercultural communication, concepts and the psychology of intercultural experience. In: PUSCH, Margaret (Ed.). **Multicultural education: a cross cultural training approach**. La Grange Park, IL: Intercultural Press, 1980

KYMLICKA, Will. **Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights**. Oxford: Clarendon, 1995.

_____. **Politics in the vernacular: nationalism, multiculturalism and citizenship**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LABAT, Claudine; VERMES, Geneviève (Eds.). **Cultures ouvertes**. Sociétés Interculturelles. Paris: L'Harmattan, 1994.

LADMIRAL, Jean René; LIPIANSKY, Edmond Marc. **La communication interculturelle**. Paris: rmand Colin, 1992.

LAVALLEE, M.; OUELLET, F.; LAROSE, F. (Eds.). **Identité, culture et changement social**. Paris: L'Harmattan, 1991.



LEVI-STRAUSS, Claude. Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss. **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF, 1950.

_____. **Tristes tropiques**. Paris: Plon, 1973.

LYNCH, James. **Multicultural education**: principles and practice. London: Routledge and Kegan Paul, 1986.

_____. **Education for citizenship in a multicultural society**. Trowbridge: Dotesios Ltd., 1991.

MAUSS, Marcel. **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF, 1950.

MORIN, Edgar. **Introduction à la pensée complexe**. Paris: ESF, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de acção da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento**. Cairo: ONU, 1994.

ORGANISATION Pour la coopération et le développement. **Perspectives des migrations internationales**. Paris: OCDE, SOPEMI, 2007.

OGBU, John. Understanding cultural diversity and learning. **Educational Research**, Carbondale, v 21, n. 8, p. 5-14, 1992.

OUANE, Adama. **Vers une culture multilingue de l'éducation**. Hambourg: UNESCO, 1995.

OUELLET, Fernand. **L'éducation interculturelle**. Essai sur le contenu de la formation des maîtres. Paris: L'Harmattan, 1991.

PIAGET, Jean. **Epistémologie des sciences de l'homme**. Paris: Gallimard, 1970.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório do desenvolvimento humano**. Liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: Editora Mensagem, 2004.

RAMOS, Maria Conceição Pereira. Nouvelles dynamiques migratoires au Portugal et processus d'intégration. **Revue Française des Affaires Sociales**, Paris, v. 2, p. 111-144, 2004.

RAMOS, Natália. Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. 35, n. 2, p. 155-178, 2001.

_____. Communication, éducation et interculturalité. Vers une éducation à la tolérance. **Dialogos**, Bucarest, v. 5, p. 68-75, 2002.



_____. **Interculturalité, communication et education**. Bucareste: Editora Melina Press, 2003.

_____. **Psicologia clínica e da saúde**. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

_____. Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão – do desenvolvimento à saúde e à educação. **Psychologica**, Coimbra, v. 38, p. 241-263, 2005.

_____. Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção. **Psychologica**, Coimbra, v. 41, p. 329-350, 2006.

_____. Interculturalidade, educação e desenvolvimento – O caso das crianças migrantes. In: BIZARRO, Rosa (Org.). **Eu e o outro**. Estudos multidisciplinares sobre identidade(s), diversidade(s) e práticas interculturais. Porto: Areal Editores, 2007.

_____. Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. 41, n. 3, p. 223-224, 2007.

_____. Crianças e famílias em contexto migratório e intercultural. Desafios às práticas e políticas educacionais, sociais e de cidadania. In: RAMOS, Natália (Org.). **Educação, interculturalidade e cidadania**, Bucareste: Editora Milena Press, 2008.

_____. (Coord.). **Educação, interculturalidade e cidadania**. Bucareste: Milena Press, 2008.

_____. (Org.). **Saúde, migração e interculturalidade**. João Pessoa: EDUFPB, 2008.

RYKWERT, Joseph. Preface to the Paper Edition. **The idea of a town**. Cambridge: MitPress, 1988.

SAMOVAR, Larry; PORTER, Ronald. **Intercultural communication**. Belmont (CA): Wordsworth Pub, 1988.

SASSEN, Saskia. **The global city**. New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SERVIÇO de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). **Relatório de actividades**: imigração, fronteiras e asilo. Lisboa: SEF, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **Nous et les autres**. Paris: Seuil, 1988.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Déclaration universelle sur la diversité culturelle**. Paris: UNESCO, 2001.



_____. **Convention sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles**. Paris: UNESCO, 2005.

_____. **Dix clés pour la convention sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles**. Paris: UNESCO, 2007.

WIEVIORKA, Michel (Dir.). **Une société fragmentée**. Le multiculturalisme en débat. Paris: La Découverte, 1996.

WOLTON, Dominique. **L'autre mondialisation**. Paris: Flammarion, 2003.

Profa. Dra. Natália Ramos
Universidade Aberta | Lisboa
Departamento de Ciências Sociais e de Gestão
Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais
E-mail | natalia@univ-ab.pt